

**II Simpósio Estado Brasileiro
II SIMPÓSIO ESTADO BRASILEIRO: HISTORIOGRAFIA**

**CADERNO DE RESUMOS
24 a 27 de outubro - 2005**

COORDENAÇÃO GERAL

Dr^a. Sonia Regina de Mendonça (UFF – CNPq – Faperj)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Dr. Théo Lobarinhas Piñeiro (Depto Historia – UFF)
Dr^a. Cláudia Maria Alves (Faculdade de Educação – UFF)
Dr^a. Dilma Andrade de Paula (UFU)

**CONFERÊNCIA DE ABERTURA
UMA NOVA UTOPIA? O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL**

Prof. Dr. Ciro Flamarion Cardoso (CEIA - UFF)

O objetivo desta palestra é, mediante o exemplo dos Fóruns Mundiais e movimentos a ele associados, avaliar o escopo de tais tendências como alternativa de luta a partir de posições de esquerda. Vejo uma grande similitude entre os postulados de base dessas iniciativas e aqueles da teoria da ação comunicativa de J. Habermas. Em ambos os casos, afirma-se uma posição de esquerda, oposta ao pós-modernismo e ao “pensamento único” neoconservador e neoliberal (Habermas), ou “em luta contra a globalização neoliberal” (Boaventura de Sousa Santos referindo-se ao Fórum Social Mundial). Mas, em ambos os casos, o horizonte utópico construído não tem como apoiar, de fato, movimentos consistentes de oposição ou de luta ao sistema, seja no nível nacional, seja naquele internacional. Como mostra Sergio Sevilla, no caso de Habermas não é plausível a sua pretensão a ter substituído uma tese semântica carregada de problemas metodológicos e supostos filosóficos por outra que poderia ser abordada como “questão empírica”: a noção de “mundo da vida”, central ao esquema habermasiano, é qualquer coisa que se quiser, menos algo que possa ser abordado como questão empírica e esteja livre de problemas metodológicos e supostos filosóficos! E o Fórum Mundial é, confessadamente, um saco de gatos, o que o leva, e a seus defensores, a apresentá-lo como uma “terceira via” – nem reforma, nem revolução –; que, com exceção da violência, que unanimemente condena, adota formas de luta (ou o que assim chama) extremamente diversas, “distribuídas num continuum entre o pólo da institucionalidade e o pólo da insurreição”. Sua finalidade básica seria “realizar a utopia num mundo desprovido de utopias”, mediante uma política cosmopolita emergente. Ao tentar caracterizá-lo, a expressão que mais emprega Boaventura de Sousa Santos é que o Fórum “não é” isto ou aquilo. Apesar desse caráter gelatinoso e indefinido, o “movimento dos movimentos”, como se pretende, diz-se diferente, específico, e arroga-se o direito de duvidar de ser o conhecimento científico o único produtor de racionalidade política e social, afirmando que “não haverá justiça social global sem justiça cognitiva global” (o que soa muito parecido ao beco sem saída do multiculturalismo). A sua diferença básica em relação aos assim denominados “novos movimentos sociais” (feminismo, ecologismo, movimento negro, movimento gay e tantos outros) seria seu caráter inclusivo e não particular (“temático”). O problema básico, como no caso de Habermas, é que, na prática, parte-se uma aceitação pelo menos parcial da lógica do capitalismo atual – confessada no caso do filósofo político, inconfessada no caso do Fórum Mundial –, tomada como um dado, naturalizada e, assim, transformada em parte da paisagem. Sendo assim, não vejo como de fato construir um horizonte utópico capaz de servir de espinha dorsal a qualquer movimento consistente – na era da mundialização a fundo do capital menos ainda do que em qualquer fase precedente do capitalismo.

MESAS REDONDAS

MESA 1 – ESTADO, POLÍTICA E MÍDIA: QUESTÕES HISTORIOGRÁFICAS

Coordenadora: Prof^a. Dr^a. Virginia Fontes (PPGH/UFF)

Estado e Mídia no Brasil: um balanço historiográfico e conceitual – Prof^a. Dr^a. Marialva Carlos Barbosa (UFF)

O trabalho faz um relato crítico de alguns estudos que enfocam a questão do Estado na sua relação com a mídia, procurando visualizar a forma como conceitualmente esses estudos são estruturados. Analisando sobretudo estudos advindos da área de comunicação, o trabalho concentra sua análise nas tipologias conceituais sobre as quais esses estudos são construídos. A partir dessa análise primeira, reflete sobre a importância de um olhar historiográfico nos estudos que tem os meios de comunicação como tema privilegiado de análise.

O Congresso Nacional e os jornais: uma análise da cobertura do trabalho legislativo pela imprensa brasileira, 1985-1990 – Prof. Dr. Vladimyr Lombardo Jorge (Unilasalle / PUC-RJ)

O trabalho apresenta o resultado parcial da análise de uma amostra composta por 2.523 notícias sobre o Congresso Nacional que foram publicadas pelos quatro principais jornais do País – O Globo, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo – no período compreendido entre 1985 e 1990. O objetivo do trabalho é analisar a cobertura do Congresso Nacional feita pela grande imprensa durante o período de redemocratização do Brasil (1985-1990). No texto, verifica-se se os jornais publicaram aleatoriamente ou não notícias favoráveis (valência positiva) ou desfavoráveis (valência negativa) ao Congresso Nacional e/ou aos congressistas ou se se comportaram aleatoriamente ou não como “guardiões da democracia” ou “defensores de uma causa”. A pesquisa mostra, em primeiro lugar, que os órgãos de imprensa analisados não publicaram notícias favoráveis ou desfavoráveis ou se comportaram como guardiões da democracia ou defensores de uma causa aleatoriamente. Em segundo lugar, a análise revela que, por serem empresas que dependem da venda de suas mercadorias (jornais), os órgãos de imprensa agem como “defensores de uma causa” somente quando julgam ser de fato necessário atuar dessa forma.

Poder midiático e identidades na contemporaneidade: o fim de um projeto de emancipação humana? – Prof^a. Ms. Cássia Louro Palha (Universidade Federal de São João Del Rei / doutoranda em História - UFF)

O presente trabalho tem por finalidade, mapear as trincheiras de discussão sobre o poder da mídia nas sociedades modernas a partir de sua socializadora capacidade de fornecer material e recursos para a construção de parâmetros identitários junto aos sujeitos de nossa contemporaneidade. Uma identidade midiática que situada na “lógica cultural” da atual fase de nosso capitalismo, estabelece a mercantilização de estímulos, papéis, imagens, discursos, formas de “ser” e de se “estar” no mundo. Uma questão que envolve debates não apenas a respeito das modificações na formação do clássico sujeito cartesiano frente às novas tecnologias, mas que colocam na pauta questionamentos sobre a própria inteligibilidade do mundo atual e das possibilidades de sua transformação.

MESA 2 – ESTADO BRASILEIRO – AGÊNCIAS E AGENTES: QUESTÕES HISTORIOGRÁFICAS

Coordenadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Maria Alves (UFF – Faculdade de Educação)

A imprensa e a Independência: um balanço historiográfico – Prof. Dr. Marco Morel (UERJ)

O surgimento e ampliação da imprensa periódica se entrelaçam cronologicamente com a Independência e com os primeiros momentos de construção do Estado e da nação no Brasil. A imprensa, considerada não apenas como fonte documental, mas como agente histórico, teve papel ativo neste contexto. Mas até que ponto é possível afirmar que a imprensa, enquanto expressão de setores letrados da sociedade, foi precursora ou preparadora da Independência? Esta questão é colocada e desenvolvida a partir da análise de jornais da época e da revisão crítica da historiografia sobre o tema.

“Eu também sou juiz de Paz”: Em busca de Malunguinho do Quilombo do Catucá – Prof. Dr. Marcus J. M. de Carvalho (Universidade Federal de Pernambuco)

Durante as décadas de 1820 e 1830, o quilombo do Catucá tornou-se uma das maiores preocupações das autoridades provinciais de Pernambuco. Seu líder mais afamado ficou conhecido pelo nome de Malunguinho, segundo as autoridades provinciais que combatiam os quilombolas. Hoje em dia, existe uma poderosa entidade no Culto da Jurema Sagrada, em Pernambuco, com este mesmo nome. Ante a ausência de fontes deixadas pelos quilombolas, é muito difícil reconstituir os possíveis vínculos entre o líder do quilombo e a entidade da Jurema. Este trabalho tem dois objetivos. O primeiro é contribuir para a história do quilombo do Catucá. O segundo é buscar subsídios para se entender a identidade do líder do quilombo, partindo da hipótese de que, em algum ponto no passado, o Malunguinho do Catucá e o Malunguinho da Jurema se encontraram.

As Classes Sociais na Construção do Império do Brasil – Prof. Dr. Théo Lobarinhas Piñeiro (UFF)

Os debates sobre o Estado Imperial, no Brasil, datam do século XIX, em geral procurando explicar a sua especificidade monárquica frente às repúblicas americanas, buscando demonstrar inclusive a superioridade do regime. Durante o século XX, os estudos a respeito da construção política empreendida no oitocentos se aprofundaram e foram produzidas obras de grande importância para o conhecimento da natureza e da dinâmica da monarquia no Brasil. Em sua maioria, tais trabalhos deram muito pouca importância – ou quase não atribuíram nenhuma – à organização das classes e suas frações (a constituição da sociedade civil) no processo de construção do Estado Imperial. O objetivo desta comunicação é, a partir da análise das principais interpretações sobre o tema, apresentar uma proposta, baseada em uma concepção gramsciana, para a compreensão do Estado Imperial brasileiro – em sua estrutura e dinâmica – que o apreenda como produto da ação das classes que o dominam, bem como a luta pela hegemonia entre as principais frações, que constituíram um “bloco no poder”.

MESA 3 – ESTADO E INTELLECTUAIS NO BRASIL DO SÉCULO XIX: QUESTÕES HISTORIOGRÁFICAS

Coordenador: Prof. Dr. Théo Lobarinhas Piñeiro (UFF)

**Intelectuais, cotidiano, cidadania e política (Rio de Janeiro – fins do século XIX e inícios do XX) – Prof^a.
Dr^a. Magali Gouveia Engel (UFF / FFP-UERJ)**

A comunicação apresenta alguns resultados da pesquisa “Trabalho, relações de gênero e questão racial: memórias da cidade através das crônicas (Rio de Janeiro, 1870-1930)”. Tratou-se de buscar nestes registros “indícios reveladores do tempo vivido”, através das diferentes leituras que dele fizeram autores como Machado de Assis (1839-1908), Raul Pompéia (1863-1895), Coelho Netto (1864-1934), Olavo Bilac (1865-1918), João do Rio (1881-1921) e Lima Barreto (1881-1921), envolvidos em projetos sociais e políticos conflitantes ou convergentes. Contadores de histórias do cotidiano, os mais diversos aspectos do dia-a-dia da cidade do Rio foram transformados em matéria-prima para as suas crônicas. Interessa-me aqui, especificamente, os registros do cotidiano político da cidade do Rio nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX. Pretendo, pois, identificar os posicionamentos assumidos pelos cronistas acima mencionados diante da atuação dos governos municipais no processo “civilizador” e “modernizador” da capital republicana, procurando destacar também como viam as relações entre esses governos e a população urbana. Buscarei, ainda, identificar o modo como estes intelectuais avaliavam a ação dos habitantes da cidade na construção de uma cidadania. Proponho-me, enfim, a discutir as diferenças e convergências entre as posições políticas assumidas pelos escritores selecionados que ocupavam lugares bastante diferenciados no campo literário e intelectual brasileiro da época.

O CENTAURO IMPERIAL: As concepções de Estado no marxismo e suas contribuições para a reflexão sobre o Estado ampliado imperial brasileiro – Prof. Ms. Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho (Pesquisador do MAST/MCT – Doutorando em História/UFF)

O objetivo deste trabalho é analisar as linhas interpretativas marxistas mais significativas sobre a concepção de Estado. Por força da própria complexidade e amplitude das formulações sobre a temática, entendemos importante discorrer sobre algumas esferas correlatas, tais como: o exame do conceito de Estado como “comitê executivo das classes dominantes e das relações entre dominação material, coercitiva e o que entendemos como a função organizativa do consenso; e, finalmente, a noção de “Estado ampliado”, formado pela sociedade política e sociedade civil, constituído como o lugar das relações sociais em conflito. Deste modo, é fundamental resgatar as formulações gramscianas sobre “Estado ampliado” para compreendermos de que maneira parcela específica dos intelectuais oitocentistas brasileiros - os engenheiros -, ao longo da segunda metade do século XIX em diante, construíram suas formas de atuação e representação, particularmente frente aos grupos organizados da Sociedade Civil que estavam vinculados e, ainda, o que disputavam e como asseguravam sua presença nas diversas agências do Estado ampliado imperial.

O pensamento de José da Silva Lisboa: manufaturas, escravidão e corporações de ofícios no Brasil oitocentista – Prof^a. Ms. Mônica de Souza Nunes Martins (Doutoranda em História /UFRJ)

O pensamento de José da Silva Lisboa foi marcado pela explícita defesa de pressupostos liberais, tendo sido considerado pela historiografia como um dos precursores do pensamento liberal e um dos principais divulgadores das idéias de Adam Smith no Brasil. Sua posição política alternava entre um homem próximo ao poder – que buscava soluções conciliatórias para as relações de trabalho e as perspectivas econômicas – ao mesmo tempo em que defendia com veemência a necessidade de ampliação do mercado consumidor e das manufaturas no Brasil, tendo apresentado nítida contrariedade com relação à permanência da escravidão. Em outros momentos, combateu as teses liberais defendidas na Europa, como pode ser demonstrado por sua defesa em relação à continuidade das corporações de ofícios no Brasil, a partir do debate travado na Assembléia Constituinte de 1823. Suas idéias, portanto, defenderam sempre uma política econômica que seguisse os pressupostos liberais, pautando-se pelos interesses dos setores econômicos próximos ao governo, mas buscou novas formas de pensar a economia política adequada à realidade brasileira.

MESA 4 – ESTADO, AGRICULTURA E POLÍTICAS AGRÍCOLAS: QUESTÕES HISTORIOGRÁFICAS

Coordenador: Prof^a. Dr^a. Márcia Maria Menendes Motta (UFF)

Os Impactos das Políticas Agrárias e de Saneamento na Baixada Fluminense – Prof. Ms. Marluvia Santos de Souza (FEUDUC)

O paper pretender apontar a atuação das comissões de saneamento nas cercanias da Guanabara, durante os governos de Nilo Peçanha e Epitácio Pessoa, no que diz respeito às políticas de revalorização da propriedade rural e de revitalização da agricultura, com bases na diversificação agrícola. Tais comissões e em particular, a instituída durante o governo de Epitácio Pessoa, elaboraram e implementaram políticas agrárias que, a rigor, deveriam ser tarefas do poder público e que por sua vez, proporcionaram ao capital privado uma acumulação a partir das concessões feitas pelo Estado.

O Estatuto da Terra: distintas abordagens – Prof^a. Carolina Ramos (Mestranda em História -UFF)

O trabalho visa analisar diferentes interpretações acerca do Estatuto da Terra, uma lei de reforma agrária e de desenvolvimento agrícola aprovada no governo Castelo Branco, em novembro de 1964. Ao longo dos mais de 40

anos após a sua promulgação, distintas abordagens foram conferidas ao Estatuto, conforme pode ser depreendido em estudos como os José de Souza Martins, de José Gomes da Silva, de Moacir Palmeira, de Sérgio Leite e de Regina Bruno. O trabalho pretende, assim, averiguar os diferentes enfoques dos autores acima citados acerca da legislação, procurando analisar as distintas concepções de Estado presentes nestes estudos, bem como indicar o desenvolvimento desta temática em minha dissertação de mestrado.

Terra, Luta de Classes e Estado nas pesquisas sobre a Guerra do Contestado – Prof. Ms. *Tarcísio Motta de Carvalho* (Colégio Pedro II / Doutorando em História - UFF)

O objetivo deste trabalho é analisar algumas das principais pesquisas feitas sobre a Guerra do Contestado (1912-1916). Sem menosprezar o valor das primeiras obras escritas sobre o conflito, selecionamos, para esta análise, as pesquisas que apresentaram perspectivas inovadoras, através da crítica e de questionamentos de fontes e fatos até então pouco estudados. Partindo, portanto, dos trabalhos clássicos de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1965), de Maurício Vinhas de Queiroz (1966) e de Douglas Teixeira Monteiro (1974), pretendemos realizar uma análise mais cuidadosa de três importantes e recentes pesquisas publicadas sobre a Guerra do Contestado: a dissertação de mestrado em Filosofia da Educação na PUC/SP, defendida por Marli Auras e publicada pela primeira vez em 1984, Guerra do Contestado – a organização da irmandade cabocla, a dissertação de mestrado em história, apresentada à Unicamp por Ivone Cecília D'Ávila Gallo e publicada em 1999 sob o título Contestado: o sonho do milênio igualitário e, por fim, a tese de doutorado de Paulo Pinheiro Machado, Lideranças do Contestado: a formação das chefias caboclas (1912-1916), defendida em 2001 e publicada pela editora da Unicamp em 2004. Não estaremos, porém, preocupados em apresentar todos os argumentos utilizados nessas obras. A análise que fizemos destes trabalhos visa sobretudo perceber a forma como três elementos apareceram (ou não) nas preocupações e conclusões de seus respectivos autores: a questão da luta pela terra, a perspectiva da luta de classes e a concepção de Estado. Assim, pretendemos dialogar com estes autores, a fim de contribuir para o aprofundamento das questões que estamos propondo na pesquisa ora em curso.

MESA 5 – ESTADO E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL: QUESTÕES HISTORIOGRÁFICAS

Coordenador: Prof^a. Dr^a. Sonia Regina de Mendonça (UFF/CNPq/Faperj)

A natureza de classe do Estado brasileiro – Prof. Dr. *Carlos Nelson Coutinho* (UFRJ)

A intervenção pretende definir, em suas linhas mais gerais, as classes sociais que controlaram o Estado brasileiro, concentrando o exame sobretudo no período republicano. Um tema central será a discussão sobre os processos de transição ocorridos na sociedade brasileira, que podem ser iluminados à luz dos conceitos de "via prussiana" (Lenin) e de "revolução passiva" (Gramsci). Isso significa duas coisas: 1) que nem sempre a camada governamental era formada por membros da classe ou fração de classe que determinava as políticas implementadas pelo Estado; 2) que a natureza de classe do Estado brasileiro quase sempre se deu através da pura dominação e não também da direção hegemônica, o que significa o uso prioritário, enquanto recurso de poder, da coerção e não do consenso. Serão também indicadas as principais exceções a esta regra, ou seja, o período dito populista (1950-1964) e aquele que se inicia com a redemocratização de 1985, quando as classes dominantes também buscam conquistar hegemonia.

Estado e globalização: formação, consolidação e dissolução tendencial do Estado nacional Brasileiro [1822-2005]. História e historiografia – Prof. Dr. *Mario Maestri* (Universidade de Passo Fundo)

Quando da crise colonial, a necessidade das classes hegemônicas das províncias luso-brasileiras de manter a ordem e o tráfico escravistas sobrepôs-se às tendências centrífugas regionais – independentista ou federalistas. O Estado Imperial –monárquico, centralista e autoritário – expressou os interesses das classes escravistas rurais dominantes, no contexto da grande autonomia econômico-social regional. Com a crise da ordem escravista, o Estado Republicano – federalista e oligárquico – objetivou as tendências autonomistas regionais, expressando a dominância dos segmentos latifundiário-exportadores. Quando da crise de 1929, o capital industrial hegemônico – SP e RJ – ensejou metamorfose do Estado que promoveu a consolidação de unitarismo nacional necessário à produção-reprodução ampliada de capital nacional que se realizava no mercado interno. Buscou-se solução não-estrutural das contradições do nacional-desenvolvimentismo populista através da interiorização controlada do capital mundial [JK]. A essa orientação, associou-se a realização internacional da produção nacional, no período ditatorial, que objetivou a dissociação da produção interna e de sua realização. A terceira crise geral do capitalismo promoveu a dissolução crescente do Estado nacional-desenvolvimentista, expressão da burguesia brasileira, e a crescente dominância do capital financeiro mundial e nacional. A incessante internacionalização da economia brasileira e a sua sempre maior orientação para o mercado mundial entregam as deslocam das fronteiras do Brasil as decisões econômicas, a realização da produção, a inversão ampliada dos capitais, fragilizando em forma objetiva os laços unitaristas, institucionalizados em 1822 e objetivados a partir de 1930, em contexto em que a nova ordem mundial questiona o status nacional de grandes nações periféricas que se antepõem as suas necessidades.

Estado e classes sociais no Brasil - Prof. Dr. *Lucio Flávio Rodrigues de Almeida* (Depto Ciência Política - PUC – SP)

Tentativa de articular uma abordagem teórica à análise das linhas gerais do processo de consolidação do capitalismo industrial dependente na formação social brasileira, com vistas a apresentar algumas hipóteses sobre as relações entre Estado e classes sociais, aqui, na atual rodada de transnacionalização do capitalismo.

MESA 6 – ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL I: QUESTÕES HISTORIOGRÁFICAS

Coordenador: Prof^a. Dr^a. Maria Leticia Corrêa (UERJ/CNPq)

Estado, Classe Dominante e Agricultura Pós 1970: Um Balanço Historiográfico – Prof. Ms. Edison Antônio de Souza (Universidade do Estado de Mato Grosso / Doutorando em História – UFF).

Nesta comunicação pretendo apresentar, uma reflexão sobre os estudos a respeito do “Estado e das Políticas Públicas no Brasil após 1970”, a partir das discussões oriundas do Doutorado em andamento junto à UFF: a concepção de Estado que os estudiosos tem sobre Mato Grosso e a Amazônia. Neste sentido, proponho um contrapondo com outras leituras, principalmente de Gramsci, onde discute o papel do Estado Ampliado de forma a analisar, dentro de um contexto histórico específico, as estratégias de ação e articulação da sociedade civil e da sociedade política. Através desta abordagem historiográfica, pretende-se ampliar as discussões sobre os mecanismos que regem as relações de poder numa região de fronteira, construída no inter-relacionamento entre colonizadores e colonos migrantes a partir da década de setenta do século XX, objeto de minha investigação.

Estado Novo, controle da entrada de estrangeiros e eugenia – Prof. Ms. Fabio Koiffman (Universidade Estácio de Sá)

Pretendo fazer um breve apanhado historiográfico relacionado a algumas produções que trataram da relação entre o ideário eugênico e sua influência no Estado Novo brasileiro. Em seguida, analisarei trechos de pareceres de Francisco Campos dirigidos a Getúlio Vargas relacionados ao tema da entrada de estrangeiros no Brasil. Especialmente os pontos centrais da argumentação que acabaram por convencer o presidente em adotar uma legislação influenciada por tais sugestões. Buscarei analisar as relações entre a argumentação do ministro da Justiça e as fontes citadas por ele, estabelecendo indícios sobre a inter-relação entre os autores mencionados, as filiações intelectuais e a origem das idéias apresentadas. Em especial, nos temas relacionados à Eugenia.

Raça, Política e Estado. O Eugenismo no Brasil – Prof. Ms. Ricardo Augusto dos Santos (FIOCRUZ)

Com o título Pais, Médicos e Mestres, o médico Renato Kehl publicou em 1939 um livro sobre os princípios eugênicos. Articulando questões de saúde e de educação às políticas públicas, fez referências ao controle do Estado sobre o indivíduo, quando afirmou: “Platão disse que a humanidade será feliz quando os filósofos forem reis ou quando os reis forem filósofos. Na minha opinião dever-se-ia dizer que a humanidade será feliz no dia em que os médicos forem governantes ou que os governantes forem médicos”. Tendo em vista estas considerações, crescentemente manifestas na época, interessa-nos apontar questões em torno do eugenismo. Nas primeiras décadas republicanas inúmeras indagações demonstravam uma característica relevante do pensamento social. Havia uma sensação de inferioridade frente aos países que viviam a era industrial. Como imaginar uma Nação olhando para a miséria, a doença e o analfabetismo? Uma possibilidade consistia em esquecendo das adversidades, assumir um ufanismo, enaltecendo as potencialidades nacionais. Outra atitude procurou ver o país do prisma de seus problemas. Porém, naquele período, a pergunta que incomodava era: Seria possível construir uma Nação a partir deste Caldeirão de Raças? Diferentes grupos da intelectualidade brasileira voltaram-se para a discussão da identidade nacional. Uma expectativa de transformações mobilizava diversos segmentos, preocupados em viabilizar a emergência da nação. Observamos que, para uma parcela dos intelectuais, havia uma concordância sobre as ameaças ao futuro do Brasil. Em decorrência, foram formuladas interpretações a esse respeito. Queremos compreender este consenso enunciado nos discursos: o brasileiro é inferior. Naquela conjuntura, o cenário sanitário foi apontado como grave e responsável pelas dificuldades. Atribuindo-se uma missão, intelectuais, médicos e cientistas empenharam-se em conhecer e mudar as condições sociais no Brasil. Afinal, por que somos pobres, doentes e ignorantes? O tema da apresentação é a discussão das propostas relativas à saúde e educação, analisando, primordialmente, os documentos produzidos e acumulados pelo médico Renato Kehl. Durante a exposição, apresentaremos algumas análises realizadas pelas ciências sociais. Kehl acreditava ser portador de um projeto capaz de justificar as iniciativas “higienizadoras”: saneamento dos corpos, cidades e instituições. Em outras palavras, este eugenista participava do debate cultural, empenhando-se em intervir na política segundo a responsabilidade de modificar a nação e seus cidadãos. Para Kehl, a miscigenação racial conduzia o Brasil para uma catástrofe. Somente com ações estatais e públicas orientada pela ciência da eugenia, como, por exemplo, a educação higiênica e a esterilização compulsória, o Brasil poderia tornar-se uma grande nação.

MESA 7 – ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL II: QUESTÕES HISTORIOGRÁFICAS

Coordenador: Prof. Dr. Fábio Maza (Universidade Federal de Sergipe)

A colonização do sudoeste da Amazônia: entre o fato e o feito – Prof. Dr. Antônio Cláudio Rabello (Universidade Federal de Rondônia / Pesquisador do Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental - UNIR)

O processo de colonização oficial na Amazônia durante o período militar teve início na década de setenta. Em Rondônia o primeiro projeto de colonização oficial foi o Projeto Integrado de Colonização de Ouro Preto D'Oeste (PIC Ouro Preto), de 1970. A partir deste, outros projetos foram implantados e redundaram numa drástica alteração das características da região. Uma abordagem da historiográfica sobre esse processo nos remete, necessariamente, a autores que estudaram a Amazônia durante o decorrer do processo, produzindo uma reflexão mais próxima a uma análise prospectiva do que uma abordagem historiográfica. O papel periférico da região amazônica no contexto da produção historiográfica nacional e a relativa atualidade do tema nos conduziram a um balanço sobre as obras que pensaram o tema durante o processo de colonização, destacando-se, dentre outros, Otávio Guilherme Velho, Bertha Becker, Mariana Miranda, Lia Osório Machado, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, João Pacheco de Oliveira Filho e José de Souza Martins. Nosso objetivo nesse trabalho é repensar a reflexão desses autores, tendo em vista as alterações ocorridas no seio do Estado brasileiro e a conseqüente mudança das políticas públicas para a região.

Ferrovias e rodovias: dualismo na política de transportes no Brasil – Prof^a. Dr^a. *Dilma Andrade de Paula*
(Universidade Federal de Uberlândia)

Há uma diversidade de estudos sobre as ferrovias, sob os seus mais diversos aspectos: evolução técnica, ferreomodelismo, memorialismo, de um lado. De outro, os estudos econômicos vinculados ao Estado: obras comemorativas, relatórios oficiais, estudos diversos. E, por fim, os trabalhos acadêmicos, nas áreas de Engenharia Industrial, Economia, História e Ciências Sociais. É preciso cuidado para tratar de "ferrovias" em geral, pelo menos até a década de 1970. Alguns setores do transporte ferroviário subsistiram e foram relativamente beneficiados, enquanto outros não. Também não é possível mencionar o transporte ferroviário sem tratar das modificações paralelas no cenário econômico brasileiro, pois a construção e a desativação de algumas ferrovias respondia a mudanças estruturais estratégicas. À época do boom das desativações, as chamadas ferrovias estratégicas foram priorizadas, para transporte de grãos, minérios e derivados do petróleo. As ferrovias mais afetadas nas décadas de 1950-80 foram as de transporte inter-regional, particularmente as de passageiros. A extinção das ferrovias é também um processo que se desenvolve paralelo ao crescimento da indústria rodoviária, em seus mais amplos aspectos (construção de estradas, indústria de autopeças e de montagem de automóveis, comercialização e propaganda etc.). O projeto rodoviário teve uma imensa força agregadora e o que, numa perspectiva de planejamento viário deveriam ser projetos interdependentes, tornaram-se concorrentes, fazendo do Brasil o "país das rodovias". Tratar-se-á de alguns trabalhos recentes, no âmbito acadêmico, que tratam da crise do transporte ferroviário e da emergência do rodoviarismo como principais eixos de análise.

Por uma compreensão sócio-profissional da ampliação da noção de patrimônio cultural nos anos 70 às divisões da produção acadêmica sobre a preservação cultural nos anos 90 – Prof^a. Dr^a. *Márcia Chuva*
(Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

As práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil constituíram-se de modo integrado ao processo de formação do Estado e de construção da nação, nos anos 30 e 40. No entanto, a constituição de um campo de intervenção no mundo social não foi imediatamente acompanhada da conformação e do reconhecimento dessas práticas como objeto de investigação acadêmico-científico no campo disciplinar da História. Até os anos 70, essa temática pertenceu quase que exclusivamente aos campos da História da Arte e da Arquitetura, como mostra a ampla literatura sobre o assunto. Acompanhando, por sua vez, o processo de ampliação da noção de patrimônio cultural, as práticas de preservação do patrimônio tornam-se, progressivamente, um objeto de interesse da Antropologia e da História, sendo, já nos anos 90, um objeto em franca disputa por diversos campos disciplinares. Nessa comunicação, pretende-se estabelecer, por um lado, um paralelo entre a constituição do objeto de investigação da História e sua produção acadêmica correspondente e o reconhecimento dessa esfera de atuação do Estado como um mercado de trabalho que se profissionaliza e se amplia, passando a ser disputado por diferentes categorias profissionais. Por outro lado, pretende-se evidenciar as tensões que circunscrevem esse campo de atuação, considerando as tomadas de posição dos diversos agentes, estreitamente relacionadas aos lugares que ocupam, e que trazem à tona a problemática relação entre intelectuais e Estado.

MESA 8 – ESTADO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: QUESTÕES HISTORIOGRÁFICAS
Coordenador: Prof^a. Dr^a. *Dilma Andrade de Paula* (Universidade Federal de Uberlândia)

A Formação da Intelectualidade do Exército Brasileiro no Século XIX: Contornos da Historiografia – Prof^a. Dr^a. *Claudia Alves* (UFF – Faculdade de Educação)

O estudo da formação intelectual da oficialidade do exército tornou-se objeto de atenção dos historiadores nas últimas décadas, como parte das variáveis consideradas relevantes para a compreensão da intervenção militar no ato de instauração do regime republicano. Contribuição significativa para este veio de interesses foi trazida pela tese de John Schulz que, ao buscar as origens da ação política dos oficiais na derrocada do regime imperial, enfatizou o papel da Lei de 1850, de iniciativa do Ministro da Guerra Manoel Felizardo, que estabeleceu, como um dos critérios de promoção na carreira, a realização do curso superior da Escola Militar, relativo à arma de pertencimento do oficial. O papel da Escola e da formação por ela oferecida, também observado por outros historiadores, passou a ocupar o lugar central em pesquisas posteriores. A vertente acadêmica amparou-se fortemente em estudos históricos realizados por oficiais do próprio exército, com destaque para a pesquisa de

Jeovah Motta, intitulada Formação do Oficial do Exército: Currículos e Regimes na Academia Militar (1810-1944) publicada em 1976. Dentre os trabalhos que investiram nessa temática, selecionamos dois para análise: a tese de doutorado em Ciência Política de Leonardo N. Trevisan, de título As “obsessões patrióticas”: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do exército brasileiro, defendida em 1993, na Universidade de São Paulo; e o estudo realizado por Celso Castro, e publicado com o título Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política, em 1995, pela EDUSP. Enfocamos, em nossa análise, as categorias de Estado e educação escolar, no que diz respeito aos conceitos utilizados, bem como à forma como se articulam aos dados levantados com relação às escolas do exército.

Estado e Ensino Rural no Brasil do Século XX: Historiografia em Construção – Prof^ª. Dr^ª. Sonia Regina de Mendonça (PPGH/UFF – CNPq - Faperj)

O trabalho trata das controvérsias presentes na historiografia especializada acerca da temática do ensino rural no Brasil, no período compreendido entre as décadas de 1930 e 1950. De uma forma geral, a maioria desses estudos busca enumerar as iniciativas perpetradas pelo Estado no sentido da implementação desse ramo do ensino, sem questionar o próprio conceito de Estado e, ao mesmo tempo, sem priorizar, em suas análises, a perspectiva política que necessariamente envolve o tema. A abordagem ora proposta visa, justamente, resgatar esta politização, tratando a problemática a partir da correlação de forças vigente junto à sociedade civil e à sociedade política durante o período recortado, da qual resultaria a imposição do ensino rural – primário e médio - enquanto modalidades “especiais” da educação, destinada à qualificação de mão-de-obra e não à transmissão e produção de conhecimentos. Essa mesma correlação resultou, ademais, na ingerência direta de agências norte-americanas de “cooperação”, donde decorreram inúmeras missões conjuntas brasileiro-americanas, ratificadoras da transmutação do ensino rural em atividades de assistencialismo e extensionismo .

Historiografia da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores e a naturalização do caráter dual da educação brasileira – Prof^ª. Dr^ª. Sonia Maria Rummert (UFF / Faculdade de Educação)

A marca dual da educação não constitui privilégio de nosso país nem tampouco do período histórico que se inicia com a primeira Revolução Industrial. Tal dualidade se constrói como parte de todos os processos de organização das sociedades de classes. Entretanto, se agudiza, sobremaneira, no âmbito do modo de produção capitalista e assume, na sociedade brasileira, caráter extremamente cruel, desde sua formação. Se é inegável que a morfologia de nosso sistema educacional sofreu, particularmente ao longo do século XX, grandes alterações, complexificando-se à medida que também se transforma e se complexifica o padrão de acumulação, por outro lado, sua essência dual se mantém como característica essencial, e quase comum, marcada pelo permanente favorecimento direto ou indireto da acumulação capitalista. As características acima enunciadas se evidenciam, por exemplo, nos diversos indicadores acerca dos baixos níveis de escolaridade da população brasileira e, também, nas questões relativas à Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores. Entretanto, a historiografia referente a essa modalidade de ensino não confere centralidade à estrutura de classes em suas análises. Do mesmo modo, não privilegia as iniciativas da classe trabalhadora no que concerne à sua própria educação. Pretende-se, neste trabalho, apresentar uma análise crítica acerca da historiografia da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores evidenciando, na mesma, a incorporação naturalizada da divisão da sociedade em classes e da conseqüente formação diferenciada para o trabalho simples e o trabalho complexo, bem como da distribuição diferenciada do conhecimento, regulada pela lógica e interesses do sistema-capital.

MESA 9 – ESTADO, POLÍTICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS NO BRASIL: QUESTÕES HISTORIOGRÁFICAS

Coordenador: Prof. Dr. Antonio Cláudio Rabelo (Universidade Federal de Rondônia)

Os intelectuais e suas inserções: Gudin e Bulhões – Prof^ª. Ms. Esther Kuperman (Doutoranda – UERJ)

Este trabalho pretende examinar as inserções de dois intelectuais ligados às classes dominantes no Brasil: Eugênio Gudin e Octávio Gouvêa de Bulhões. Gudin participou do I Congresso Brasileiro de Economia e esteve presente na Conferência Monetária Internacional, em Bretton Woods, que decidiu pela criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Fez parte da Comissão de Anteprojeto da Legislação do Petróleo, marcando sua posição contrária à instituição do monopólio estatal do petróleo. Foi Ministro da Fazenda no governo Café Filho, quando promoveu uma política de estabilização econômica baseada no corte das despesas públicas e na contenção da expansão monetária e do crédito, o que provocou a crise de setores da indústria. Sua passagem pela pasta da Fazenda foi marcada pela decretação da Instrução 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que facilitava os investimentos estrangeiros no país, utilizada no governo de Juscelino Kubitschek. Bulhões atuou na Diretoria Geral do Imposto de Renda do Ministério da Fazenda foi chefe da seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda e também participou da delegação brasileira na Conferência Monetária Internacional, em Bretton Woods e diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito no governo Café Filho.

A participação dos técnicos na “conquista do Estado”: historiografia e proposta de estudo de caso – Prof^ª. Dr^ª. Maria Letícia Corrêa (UERJ / CNPq)

O trabalho consiste em uma análise da historiografia sobre o processo de formação do Estado e da formulação de políticas públicas no Brasil na segunda metade do século XX. Uma das indagações centrais da pesquisa é a avaliação do impacto da ruptura política e institucional do golpe de 1964 sobre a forma como foram conduzidas as políticas públicas, para o que se tornou necessária a consideração da tese clássica contida em 1964: a conquista do Estado, de René Dreifuss, que registrou em caráter pioneiro a participação de técnicos, em geral engenheiros e economistas que naquela data integravam a burocracia do Estado brasileiro, nas articulações para a deposição do presidente João Goulart. Segundo a perspectiva proposta neste trabalho, a explicação para a adesão dos técnicos ao golpe deve ser analisada a partir de uma perspectiva de longa duração, concedendo especial relevância à afirmação da ideologia autoritária que defende a supremacia da competência técnica sobre a política em sentido estrito, quando esta última passa a ser vista como fonte de distorção ou fator de irracionalidade na condução das ações de política pública. Essa ideologia informa não apenas o senso comum sobre o tema como, também, uma interpretação segundo a qual a instauração da ditadura teria sido inevitável ou mesmo necessária para a continuidade dos projetos de desenvolvimento econômico brasileiros.

Artigo 68: Direito à Terra e Política Social às Avessas – Prof^a. Dr^a. *Márcia Maria Menendes Motta (UFF)*

O trabalho analisa o termo quilombo nos embates jurídicos pelo direito a terra, consagrado pelo artigo 68 da Carta Magna. Como se sabe, a Constituição de 1988 representou um retrocesso para as desapropriações por interesse social, introduzindo o bloqueio da impenhorabilidade da chamada "propriedade produtiva", a grande bandeira de luta da UDR. Pelo artigo 68, no entanto, "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". O estudo aqui proposto discute como as novas leituras sobre aquelas comunidades foram encaminhadas para a construção de uma política social em migalhas, brechas produzidas pela lei. Neste sentido, o trabalho recupera o debate historiográfico sobre a produção de leis em sua relação com a operacionalização - em nossos dias - do conceito remanescentes de quilombos.

MESA 10 – ESTADO E INTELLECTUAIS NO BRASIL DO SÉCULO XX: QUESTÕES HISTORIOGRÁFICAS

Coordenador: Prof^a Dr^a Sonia Regina de Mendonça (PPGH/UFF – CNPq – Faperj)

O IDORT na Historiografia – Prof^a *Célia Aparecida de Souza (Mestranda / PUC-SP)*

Tenho pesquisado o IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho, criado por um grupo de empresários paulistas em 1931. Este Instituto, embora tenha contribuído na reorganização do Estado Brasileiro durante o governo de Vargas, foi pouco trabalhado em nossa historiografia. Como precursor do implante da racionalização do trabalho, de maneira sistematizada no Brasil, o IDORT aparece apenas em uma pesquisa, cuja preocupação é analisar os resultados da aplicação do método de racionalização em empresas privadas e também em serviços públicos. Outras três dissertações procuraram analisar diferentes traços do IDORT, apontando seu poder de decisão nas questões educacionais entre 1930 a 1944, sua importância frente ao desenvolvimento industrial e também sua ideologia voltada à racionalização da sociedade como um todo. Diante da escassez de análises sobre este Instituto e considerando seu grau de importância na reorganização do Estado Brasileiro durante o governo de Vargas, procuro compreender, em minha pesquisa, como ocorreu a edificação deste projeto burguês que se consolidou em determinado momento (1931 a 1937). Sugiro, portanto, verificarmos a atuação de alguns de seus membros em instâncias públicas que serviram de suporte para a viabilização de alguns dos projetos desta burguesia. No entanto, verificamos a existência de algumas correntes historiográficas que desconsideram a existência de um projeto burguês durante o primeiro governo de Vargas. Em vista disso, fica assinalada nossa intenção em propor uma discussão que leve em consideração o projeto idortiano.

Intelectual Como Sujeito Moral – Prof. Dr. *Fábio Maza (Universidade Federal de Sergipe)*

O objetivo desta comunicação é tentar traçar um painel geral da difícil relação entre intelectuais e política através da obra de alguns autores como Bobbio, Gramsci, Benda, Sartre, etc. Como percebiam a função e a natureza dos intelectuais será a preocupação básica ao mapear as obras desses autores. Neste sentido, partimos da hipótese segundo a qual os intelectuais devem ser pensados como "sujeitos morais". Assim, o empenho do analista deve se o de buscar sua posição no mundo e refletir sobre as consequências de seu discurso. A tomada de consciência histórica do seu lugar no mundo torna a atitude dos intelectuais um imperativo moral. Como consequência desta atitude a função permanente do intelectual deve ser o constante exercício da crítica e a busca de autonomia frente aos poderes constituídos.

A Intelligentsia na Revolução Brasileira (1950 – 1964): formação ideológica e práticas institucionais de classe nos exemplos do ISEB e do IJNPS – Prof. Dr. *João Alberto da Costa Pinto (Universidade Federal de Goiás)*.

Esta intervenção propõe uma reflexão sobre o Estado Nacional brasileiro na sua relação com a Sociedade Civil (Instituições Privadas de Hegemonia e Classes Sociais) sob a lógica da reprodutibilidade do capitalismo, onde o Estado como pólo organizador das Condições Gerais de Produção e o instrumento jurídico legitimador da expropriação da mais-valia sobre a força de trabalho assalariada, seja também compreendido como espaço

privilegiado das lutas políticas pela coerção e pelo consenso em torno de projetos societários de classe, nesse sentido, um Estado entendido como o espaço institucional de condensação das relações ideo-sócio-políticas do conflito de classes oriundo das práticas institucionais da Sociedade Civil; e, além disso, um Estado que na lógica de reprodução do capitalismo organiza nacionalmente, como práticas institucionais de classe, o poder de uma “nova” classe social: os Gestores como classe dominante. Para explorar as possibilidades deste modelo, apresentaremos pontos de reflexão com base em duas situações específicas que começamos a desenvolver em nossa tese de doutorado: a política de classe da Intelligentsia nas práticas de consolidação institucional do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e do IJNPS (Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais), vistos como “partidos intelectuais” “regionais”, legitimadores de projetos políticos de classe da burguesia brasileira nas suas frações agrária (Nordeste) e industrial (Sudeste), e como formadores institucionais das práticas dos gestores na organização nacional do capitalismo brasileiro. Para melhor exemplificar a demarcação dos tipos de Intelligentsia vinculados a esses “partidos” e a essas práticas, ressaltaremos as trajetórias de Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré.

Estado e hegemonia no Brasil - dificuldades conceituais – Prof^a. Dr^a. Virginia Fontes (PPGH/UFF)

Houve uma forte oscilação, nas análises brasileiras, entre concepções que ora enfatizavam um Estado hiperdimensionado (hipertrofiado) e ora o designavam como inoperante e frágil. Essa dicotomização, ironicamente representada pela expressão “Leviatã paralítico” (de W. G. dos Santos), desconsiderou as formas específicas de ampliação do Estado no caso brasileiro e obstaculizou fortemente a reflexão sobre as questões ligadas à hegemonia e à dominação.